ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

REFLEXÕES SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB A ÓTICA DO EMPODERAMENTO FEMININO INDÍGENA NO MÉDIO E SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - BA

Autores:
Gisele das Chagas Costa - GPTURIS/PPDRU/UNIFACS - gcceduc@gmail.com
Regina Celeste de Almeida Souza - UNIFACS - reginaceleste009@gmail.com

Resumo:

O artigo tem como objetivo refletir sobre a questão de gênero presente na Agenda 2030 através da experiência de mulheres indígenas residentes em comunidades dos referidos trechos do Rio São Francisco. A contribuição da pesquisa bibliográfica e documental favoreceu o entendimento da expressividade da questão de gênero, contida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também conhecida como Agenda 2030. Dados da pesquisa de doutorado concluída subsidiaram a discussão sobre os processos de empoderamento feminino engendrados na área de estudo. Os resultados apontam uma densificação da rede de lideranças femininas indígenas na área delimitada na pesquisa, congregando forças para auxiliar seu povo na luta pelos direitos socioterritoriais historicamente negados pelo Estado brasileiro. Conclui-se que, entre os povos pesquisados, não é possível prosseguir com suas pautas reivindicatórias e ultrapassar os silenciamentos e invisibilidades aos quais foram subjugados durante séculos sem a efetiva participação da mulher.

REFLEXÕES SOBRE OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SOB A ÓTICA DO EMPODERAMENTO FEMININO INDÍGENA NO MÉDIO E SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO - BA

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre o Objetivo 5 da Agenda 2030 – alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas – e o paradigma do desenvolvimento sustentável considerando a experiência de empoderamento de mulheres indígenas no médio e submédio São Francisco, onde foi realizada uma pesquisa no período 2012 – 2016.

Tendo como objetivo refletir sobre a questão de gênero presente na Agenda 2030 através da experiência de mulheres indígenas residentes em comunidades do médio e submédio São Francisco, buscou um percurso metodológico balizado na pesquisa documental e bibliográfica. Os dados consolidados da pesquisa concluída completaram a proposta de elaboração textual.

A primeira seção aborda o contexto da Agenda 2030, situando as questões de gênero e empoderamento feminino em uma perspectiva contemporânea, apresentando alguns dos inúmeros desafios para a efetivação da equidade de gênero.

Em seguida, buscou-se evidenciar o discurso, presente na referida Agenda e documentos correlatos, da indissociabilidade existente entre o efetivo desenvolvimento sustentável e a superação das questões históricas que impedem o pleno desenvolvimento de mulheres e meninas.

Após o panorama apresentado nas seções anteriores o texto trata da geo-história dos povos indígenas no Vale Sanfranciscano, criando o embasamento para compreensão do empoderamento feminino no médio e submédio São Francisco, BA, onde foi realizada a pesquisa.

Na seção que antecede as considerações finais, foi possível trazer à discussão a trajetória de empoderamento de mulheres pertencentes a vários povos indígenas na área de estudo, em um claro exemplo de novos papeis experenciados pelas mulheres indígenas, congregando forças para auxiliar seu povo na luta pelos direitos socioterritoriais.

O artigo concluiu que, entre os povos pesquisados não é possível prosseguir com suas pautas reivindicatórias e ultrapassar os silenciamentos e invisibilidades aos quais foram subjugados durante séculos sem a efetiva participação da mulher.

2 OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável tomou maior impulso a partir de 2015 quando a Organização das Nações Unidas (ONU) através de seus 193 países membros assinou a chamada Agenda 2030, composta por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e 169 metas correlatas.

Essa agenda dá continuidade aos Objetivos do Milênio (ODM) que foram estabelecidos também pelos países membros das Nações Unidas para sua consecução durante o período 2000 – 2015.

Os ODM efetivaram uma “nova parceria global para reduzir a pobreza extrema” (ONU, 2010) através de oito objetivos, quais sejam: 1. acabar com a fome e a miséria; 2. educação básica de qualidade para todos; 3. igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4. reduzir a mortalidade infantil; 5. melhorar a saúde das gestantes; 6. combater a aids, a malária e outras doenças; 7. qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8. todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Para ONU (2017), os objetivos factualmente auxiliaram na diminuição da pobreza global; no aumento da frequência de crianças na escola primária; na diminuição significativa na taxa de mortalidade infantil; na expansão do acesso à água potável; e em investimentos significativos no combate à malária, aids e tuberculose.

Destes, vale destacar que o Objetivo 3 – igualdade entre sexos e valorização da mulher, foi alcançado parcialmente, no mundo e no Brasil, com melhoria no acesso à educação em todos os níveis de ensino.

Ao desdobrar este objetivo no item trabalho e renda, através de uma análise regional, observa-se que a Bahia apresenta uma participação feminina de 43,7% no mercado de trabalho formal, segundo dados de 2015 (PORTAL ODM, s/d).

Ainda considerando o ano de 2015 no Estado da Bahia, o rendimento real médio das mulheres equivale a 92,3% do rendimento masculino, com a desigualdade salarial aumentando drasticamente para o ensino superior: 65,2% (op cit., s/d).

No item participação política, o Objetivo 3 demonstra o tamanho da desigualdade de gênero, considerando dados da Bahia em 2016: “apenas 32,4% dos candidatos para a Câmara

de Vereadores, em 2.016, eram mulheres. A proporção de mulheres eleitas para a Câmara de Vereadores no Estado foi de 12,2%." (PORTAL ODM, s/d).

Mesmo com alguns avanços, é preciso ressaltar que a "desigualdade das mulheres em relação aos homens ainda persiste no **mercado de trabalho**, nos **rendimentos** e na **política**. E a **violência doméstica** continua atingindo milhares de mulheres brasileiras. (BRASIL, s/d, grifos do autor)

Diante do quadro de avanços e inúmeros desafios a serem enfrentados, não apenas na questão de gênero, é que, em 2015, a ONU e seus países membros "[...] tiveram a oportunidade de adotar a nova agenda de desenvolvimento sustentável [...]" (ONU, s/d). Assim, os 17 ODS se baseiam nos 08 ODM e, na visão da ONU, determinarão, nos próximos 15 anos, "o curso global de ação para acabar com a **pobreza**, promover a **prosperidade** e o **bem-estar** para todos, proteger o **meio ambiente** e enfrentar as **mudanças climáticas**". (ONU, op cit., grifos do autor).

Os 17 ODS estão assim enunciados: 1. acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; 2. acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 3. assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; 4. assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 5. alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; 6. assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos; 7. assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia; 8. promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9. construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10. reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11. tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13. tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos; 14. conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16. promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e 17. fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O ODS 5 – alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, dá continuidade ao ODM 3, e tem 6 metas correlatas, a saber:

> 5.1 acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas [...]; 5.2 eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; 5.3 eliminar todas as práticas nocivas,

> como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas; 5.4 reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, [...] conforme os contextos nacionais; 5.5 garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; 5.6 assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos [...]. (BRASIL; ONU, 2016)

A busca pela paridade de gênero é secular. A primeira onda do feminismo teve início no final do século XIX e se estendeu pelas três primeiras décadas do século XX. E, se nesse primeiro momento histórico a principal característica é a luta pelos direitos políticos, incluindo o direito ao voto – no Brasil somente em 1932 o sufrágio feminino foi garantido – atualmente a discussão alcançou uma abrangência donde se infere não ser possível o desenvolvimento sustentável sem a igualdade entre homens e mulheres.

As mulheres historicamente vêm contribuindo de maneira significativa para o progresso da humanidade. Sua presença se dá em todos os setores de atividades produtivas, porém nos quesitos respeito e reconhecimento ainda existe um déficit social.

Como sintetiza ONU Mulheres (s/d):

> “As mulheres já percorreram um longo caminho até aqui. Estudar, trabalhar, votar, candidatar-se a cargos políticos e ocupar postos de liderança, por exemplo, são direitos conquistados muito recentemente pelas mulheres brasileiras. Mas a marca do estigma e da desigualdade ainda está muito presente na sociedade e é um freio para o desenvolvimento sustentável do país.”

Faz-se necessário a inclusão sistemática da questão de gênero na implementação da Agenda 2030, uma vez que se torna inviável o efetivo desenvolvimento sustentável e o alcance do potencial humano se ainda persiste para metade dos seres humanos a negação do exercício pleno dos direitos humanos.

A ONU Mulheres lançou, em 2015 uma iniciativa de apoio à Agenda 2030 intitulada “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”, onde são propostas ações em torno do fortalecimento dos direitos conquistados pelas mulheres, além da criação de programas com vistas à erradicação da violência contra mulher, programas de incentivo à participação das mulheres nas esferas decisórias, entre outras (ONU Mulheres, s/d)

Nesse contexto onde a discussão do efetivo desenvolvimento sustentável não se dissocia do empoderamento feminino e igualdade de gênero, há de se ressaltar que as lutas, avanços, retrocessos e desafios enfrentados pelas mulheres devem ser singularizados ao se

lançar uma perspectiva analítica sobre povos e comunidades tradicionais, entre elas, os povos indígenas.

Questões de gênero existem em qualquer grupo social, no entanto, ao lançar luzes sobre essa questão entre os povos indígenas se faz necessário o devido enquadramento a partir de seu percurso sócio-histórico e territorial.

Os caminhos percorridos pelos povos indígenas são marcados pela resistência ao genocídio e às políticas institucionais de assimilação cultural. Buscando um recorte espacial no nordeste indígena[1], pode-se também afirmar que tais povos, resilientes, vêm construindo suas territorialidades em uma perspectiva múltipla, diversa e complexa, reafirmando sua identidade como um dos mecanismos para ultrapassar o violento processo de invisibilidade imposto historicamente pelo Estado brasileiro.

Portanto, ao tratar as questões de gênero entre esses povos, observa-se que, até certo ponto, tais questões encontram-se imbricadas com as pautas gerais de luta do próprio movimento indígena nordestino e brasileiro.

A ONU Mulheres através da cooperação com a Embaixada da Noruega vem buscando fortalecer a "atuação de mulheres indígenas em espaços de decisão dentro e fora de suas comunidades" (ONU Mulheres, s/d) através do projeto Voz das Mulheres Indígenas, o qual agrega inúmeras etnias indígenas brasileiras.

> "Ao apoiar a construção de espaços internos de tomada de decisão constituídos exclusivamente por mulheres indígenas, o projeto permitiu que [...] um grupo de mulheres líderes coletassem informações em comunidades indígenas por todo o Brasil e constituíssem, pela primeira vez, uma pauta nacional comum das mulheres indígenas brasileiras." (ONU Mulheres, s/d)

Tal pauta articula-se em torno de cinco eixos temáticos, a saber: 1. violação dos direitos das mulheres indígenas (incluindo a violência contra mulheres e meninas); 2. empoderamento político; 3. direito à terra e processos de retomada; 4. direito à saúde, educação e segurança; e 5. tradições e diálogos intergeracionais.

Excetuando-se os dois primeiros eixos, os demais dialogam com pautas historicamente defendidas pelo movimento indígena brasileiro e, em relação ao eixo 3 que trata das questões territoriais indígenas, ressalta-se que o mesmo se constitui como premissa pra a efetivação do desenvolvimento sustentável, que será discutido na próxima seção.

[1] Tal recorte espacial se justifica pela familiaridade das autoras com a temática na área geográfica em questão. Desde 2012, através do Projeto Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento, vem sendo realizada uma investigação sistemática em torno do empoderamento feminino no Nordeste indígena, mais especificamente nos trechos médio e submédio São Francisco, BA, onde se observa a densificação da presença de lideranças femininas indígenas, incluindo aí a presença de 14 caciques (dados de 2016). A pesquisa em questão gerou várias publicações, incluindo uma tese de doutorado, cujos dados são parcialmente apresentados e discutidos no presente artigo.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As questões relacionadas a crise ambiental têm sua origem associada ao advento do modo de produção industrial que, desde a primeira revolução industrial no final do século XVIII até o presente, inobservou o uso racional e sustentável dos recursos ambientais e energéticos, gerando um passivo ambiental.

Passivo este que se intensificou a cada nova fase industrial, dado que em cada uma observa-se a inserção de conteúdos técnicos, científicos e informacionais, com possibilidades quase que ilimitadas de manipulação e transformação da natureza.

Na segunda metade do século XX, com o advento da terceira revolução industrial que se caracteriza, entre outros aspectos, pela inserção de novas tecnologias no processo produtivo, tais como a informática e a robótica e consequente aumento da produtividade, emerge uma preocupação, em nível mundial, dos efeitos negativos advindos de um modelo de produção secularmente alicerçado na visão do ambiente enquanto fornecer ilimitado de recursos para as sociedades humanas.

A contemporaneidade vivencia mudanças paradigmáticas em curso, incluindo aquelas voltadas para a relação ser humano – sociedade – meio ambiente, o que têm possibilitado a criação de um lastro para transformações significativas em tal relação.

Nessa perspectiva, o conceito de desenvolvimento sustentável vem ganhando cada vez mais espaço no planejamento territorial e em práticas ecologicamente sustentáveis, nas mais diversas esferas da vida social.

O desenvolvimento sustentável parte da premissa da utilização dos recursos ambientais com vistas à manutenção do capital natural e utilização econômica considerando a capacidade de manutenção do sistema.

Tal conceito consolidou-se no relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas e denominado “Nosso Futuro Comum” (também conhecido como Relatório Brundtland, em referência à então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidiu os trabalhos).

O mesmo foi formalizado em 1987 pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), sendo definido como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Cumpre esclarecer que o paradigma do desenvolvimento sustentável, o qual vem norteando os principais documentos e propostas definidoras de um novo modelo de ação e interação das sociedades com o ambiente natural, passou por diversas elaborações, desde a “abordagem do ecodesenvolvimento” na Conferência de Estocolmo de 1972 (DIAS, 2011) até o atual conceito.

Sachs (2002), ao discutir o conceito de desenvolvimento sustentável, afirma que o mesmo só pode ser efetivamente utilizado quando se consideram, de modo indissociável, o crescimento socioeconômico e a conservação ambiental.

Para esse autor, o desenvolvimento é incompatível "com o jogo sem restrições das forças do mercado" (SACHS, 2002, p. 55), o qual se encontra alicerçado em um paradigma científico que prima pela dominação da natureza através do progresso técnico das sociedades.

E, para que o mesmo ocorra, é necessário não apenas o comprometimento com as gerações futuras, mas, sobretudo, com a sociedade e toda forma de vida no planeta, por meio da ecologização do pensamento e do desenvolvimento da consciência ambiental, dado que:

> "À ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra. [...] o contrato social no qual se baseia a governabilidade de nossa sociedade deve ser complementado por um contrato natural." (SACHS, op cit., p. 49)

A noção de desenvolvimento sustentável (crescimento econômico, social e conservação ambiental) requer, necessariamente, uma abordagem sistêmica no desenvolvimento da investigação científica. Tal abordagem favorece à análise da inter-relação entre a ação antrópica e as alterações no ambiente, propiciando uma visão de síntese.

De fato, a natureza não pode ser separada do mundo do trabalho, pois, em termos de fluxo de matéria e energia no planeta, simplesmente não existe o termo externo e a economia humana, em última análise, é um subsistema da ecosfera. Deste ponto de vista, faz-se necessário que a noção de sustentabilidade vá além da gestão dos recursos naturais para a gestão da própria humanidade no sistema Terra.

4. GEOHISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS NO VALE SANFRANCISCANO

Nesta seção, cabe iniciar a discussão traçando um quadro geohistórico dos povos indígenas no Vale Sanfranciscano, ainda que resumido, para situar e embasar a discussão do empoderamento feminino indígena, cujo recorte espacial converge para o médio e submédio São Francisco, BA.

O Vale Sanfranciscano vem vivenciando, a partir da segunda metade do século XX, profundas transformações estruturais no modo de produção do espaço regional.

Tais reordenamentos territoriais, impulsionados pela implementação de políticas energéticas no Vale, vem densificando, desde então, o espaço com objetos técnicos voltados sobretudo para uma agricultura irrigada direcionada a exportação.

O território é reduzido, assim, a uma perspectiva unidimensional, ao valor de troca e seu domínio especulativo.

Souza e Ramos (1998) traçam o eixo histórico da construção de tais empreendimentos. Considerando as intervenções territoriais no Estado da Bahia, as autoras sinalizam:

> "O complexo de Paulo Afonso, com as diversas barragens que aí foram instaladas, a partir dos anos 1950, para a geração de eletricidade, veio a ser bastante significativo para o crescimento da Região Nordeste. A de Sobradinho, construída nos anos 1970 e inaugurada em 1978 [...] causou um impacto socioeconômico e ambiental sem precedentes [com] a inundação de quatro cidades – Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé – e muitas vilas [...]."

Sobre essa questão, o Conselho Indigenista Missionário aponta que "as hidrelétricas existentes foram responsáveis pela remoção forçada de mais de 150 mil pessoas, entre as quais vários povos indígenas, compulsoriamente deslocados [...]" (TOMÁZ et al, 2008, p. 12), reassentados em agrovilas, ou outros espaços, muitas vezes distantes, com terras menos férteis e sem as marcas de uma cultura material e simbólica que impregnavam seus territórios tradicionais.

Os impactos negativos das políticas energéticas sobre os povos indígenas do Vale Sanfranciscano intensificaram e complexificaram uma situação de vulnerabilidade socioterritorial, a que estão sujeitos ao longo dos séculos de formação e consolidação do território brasileiro.

Vale ressaltar que o Rio São Francisco foi o principal vetor de colonização no sertão baiano, garantindo "a expansão de frentes pioneiras de criação de gado, que tinham no território que margeia o grande rio uma pastagem natural apropriada para o criatório extensivo." (NASCIMENTO, 1995, p. 67).

Assim, os territórios tradicionais de inúmeros povos são vistos como empecilhos para o projeto colonizatório. No entanto, a relação dos povos indígenas com o Rio São Francisco antecede e muito, a tomada de seus territórios pelos europeus, sendo, ao longo de 9.000 anos de ocupação humana (MARTIN, 1998; SANTOS, 2008), abundante fonte alimentar e também base de sustentação espiritual, através de suas práticas ritualísticas envolvendo o rio, ou seja, um importante marco de seu patrimônio cultural material e imaterial.

Não cabe explicitar no curto espaço que cabe nessa seção, as atrocidades, os requintes de crueldade que marcaram o genocídio dos povos indígenas do Vale ao longo dos séculos.

Porém, ainda que de maneira demasiadamente resumida, destacam-se, entre as políticas de extermínio físico (e posteriormente sociocultural), o agrupamento compulsório de vários povos nas missões, que povoaram o Vale entre os séculos XVII e XVIII, buscando o amansamento dos bravios, a conversão e a formação de mão-de-obra, ainda escassa nos primeiros séculos de colonização.

Com o fim das missões em meados do século XVIII, criam-se as vilas, e numa clara política de mistura étnica, a administração pombalina incentiva e orienta a ocupação não-indígena, objetivando a assimilação cultural.

Essas e outras políticas de esfacelamento cultural e socioterritorial fornecem a base de sustentação de um discurso oficial e também acadêmico, vigente até o início do século XX, de que não existiam mais indígenas no Nordeste, não sendo necessário e justificável, portanto, políticas de demarcação territorial de povos indígenas, já estando todos miscigenados.

O final do século XIX e início do século XX assiste um interessante processo de resistência dos povos indígenas do Vale, com articulações, retomadas territoriais, aprendizagens, empréstimos culturais e etnogêneses.

A partir do século XX se estabelece, portanto, uma rede de emergências étnicas (ARRUTI 1995, 2006). Vale retomar o ponto, de que a grande dificuldade dos povos indígenas nordestinos serem reconhecidos como tais, ocorre em função da grande miscigenação. As políticas do início do século XX traziam o entendimento do indígena dentro de padrões culturais diferenciados do restante da sociedade brasileira.

A etnogênese – que se coloca como oposto ao etnocídio enquanto extermínio sistemático de um estilo de vida – envolve a construção de uma "autoconsciência e identidade coletiva contra uma ação de desrespeito com vistas ao reconhecimento e à conquista de objetivos coletivos" (ARRUTI, 2006, p. 51).

Neste caso, o objetivo fundamental dos povos indígenas é o direito aos territórios historicamente ocupados ou a novos territórios e o respeito à diferença calcada no diálogo intercultural.

O movimento indígena iniciado no final do século XIX se fortaleceu ao longo do século XX. A sua consolidação ocorreu até o final dos anos 1980, com marco na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), onde o movimento indígena e o indigenista conseguiram forçar uma ruptura no modelo assimilacionista importado pelo Estado brasileiro aos povos indígenas.

Após a promulgação da nova Constituição brasileira, a continuidade do movimento indígena, na luta pela efetivação dos direitos garantidos legalmente, se ramifica em outras pautas de luta, sempre tendo como pilar a questão territorial, sustentáculo para o desenvolvimento dos povos.

No atual cenário de desafios econômicos, sociais, ambientais e políticos emerge a mulher indígena em papéis de liderança em suas comunidades e dentro do movimento indígena, que será tratado na próxima seção.

5. EMPODERAMENTO FEMININO INDÍGENA NO MÉDIO E SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO – BA

Trazer à discussão a temática do empoderamento feminino indígena requer, preliminarmente, o entendimento desse conceito, cada vez mais presente em documentos oficiais e estudos acadêmicos na área de ciências sociais.

Baquero (2012, p.173) explicita ser o empoderamento (empowerment) um "anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder", o qual vem sendo utilizado há poucas décadas indicando possibilidades de "emancipação do ser humano" (BAQUERO, 2012), a tomada de consciência coletiva e a superação de uma determinada situação, através da participação de espaços privilegiados de decisões em prol dos direitos sociais. (PEREIRA, 2006).

Para Horochovski e Meirelles (2007, p. 485), o termo empoderamento se aproxima da noção de autonomia na medida em que indivíduos e comunidades responsáveis controlam suas vidas, participando "[...] democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos [compreendendo] criticamente seu ambiente".

A autonomia também se articula ao desenvolvimento autossustentável debatido por Gohn (2004) em que os sujeitos sociais se organizam de maneira colaborativa e cooperativa, interna e externamente, estabelecendo redes com movimentos sociais e organizações do terceiro setor, com trocas profícuas de conhecimentos, técnicas e tecnologias, ressignificando as práticas socioespaciais e engendrando continuamente novas territorialidades.

> "Numa perspectiva emancipatória, empoderar é o processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades angariam recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência e capacidade de ação e decisão. Nesse sentido, equivale aos sujeitos terem poder de agenda nos temas que afetam suas vidas. Como o acesso a esses recursos normalmente não é automático, ações estratégicas mais ou menos coordenadas são necessárias para sua obtenção. Ademais, como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtiveram os referidos recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, [...] com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global." (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007, p.486).

O próprio movimento indígena e sua consolidação no final do século XX favoreceu práticas de empoderamento dos diversos povos indígenas, aí incluídos os do Vale Sanfranciscano.

Conforme já abordado, a dinâmica socioterritorial do Vale vem passando por sucessivos ciclos, muitas vezes sobrepostos espaço temporalmente com características multiescalares, e, a partir do século XX, originados de políticas estatais relacionados ao desenvolvimento energético brasileiro.

Essa nova lógica de desenvolvimento territorial não considerou as características socioculturais dos povos tradicionais do Vale, tampouco buscou atender as reivindicações territoriais históricas dos povos indígenas.

Nesse contexto de complexificação territorial do Vale Sanfranciscano ao longo do século XX, o movimento indígena consolida-se no país apresentando um mosaico de reinvindicações de 305 etnias (IBGE, 2012), tendo como base comum a luta pelo direito e reconhecimento à diferença étnica e ao território.

Os povos indígenas nordestinos também participaram ativamente do movimento indígena em Brasília durante os anos 1987 – 1988 e, em várias aldeias do Vale, foram recolhidos relatos da participação de mulheres no movimento nesse período. A partir de então, existe uma grande permuta de experiências nos diversos encontros promovidos por órgãos indigenistas (FUNAI, SESAI, entre outros) e também pelo próprio movimento indígena, onde se observa a construção de aprendizagens significativas voltadas aos interesses desses povos.

As retomadas que ocorreram com bastante intensidade no Vale Sanfranciscano (BA, PE e AL) a partir da década de 1990 (MELLO; GERLIC, 2015) intensificaram as trocas sociais e experiências em diferentes funções pulverizando o que seria uma tradicional divisão sexual do trabalho, ampliando espaços de atuação e interlocução entre os agentes sociais, para além da questão de gênero.

Nesse contexto de luta histórica, homens e mulheres indígenas vem contribuindo para as conquistas que consideram justas e, necessárias, conforme reflete Ramos (2015, p. 21), indígena Pankararú da TI Entre Serras (PE): “nas questões indígenas, uma luta nunca está isolada das outras [...] a luta principal sempre será a terra, pois sem terra não há saúde, educação, [...] sustentabilidade. Portanto, todas as ações do movimento indígena são articuladas e colaborativas.”

Luciano Baniwa (2006) ressalta que as mulheres indígenas têm funções socioeducativas fundamentais para a continuidade do grupo. Quer sejam em aldeias no norte do país com menor fricção interétnica e mesclas culturais, quer seja na realidade nordestina, região de colonização antiga com grande hibridismo cultural e muitos deslocamentos territoriais. Em ambos os casos, a mulher indígena possui um papel relevante na manutenção cultural do grupo.

Segundo entrevistas realizadas no período 2013 – 2016 (COSTA, 2017), é recorrente a reflexão – por parte de mulheres indígenas que ocupam cargos de liderança nas aldeias (caciques, agentes de saúde, professoras, entre outros) – de que o desenvolvimento está entrelaçado ao empoderamento da mulher indígena, em prol do fortalecimento das famílias e da comunidade, com geração de renda, revitalização de determinadas práticas culturais, da segurança alimentar, formação de professores indígenas e educação de qualidade.

Para os povos indígenas do Vale Sanfranciscano, além das pautas apresentadas, outros elementos entram em questão na discussão sobre gênero, pois são povos que estabelecem intensas trocas culturais com a sociedade envolvente desde o período colonial, e sua tradição,

cultura e função social de cada indivíduo apresentam maior maleabilidade em relação a grupos com menor fricção interétnica, como alguns povos da região norte do país.

O fato da presença de mulheres em cargos de liderança em várias aldeias, já é um indicativo de uma maior permeabilidade a modelos diversos de divisão sexual do trabalho que não aqueles rigorosamente estabelecidos na tradição indígena com pouca fricção interétnica, até mesmo porque, como anteriormente referenciado, os povos do Vale, através de longo contato com a sociedade não indígena experienciam outros modelos de divisão sexual do trabalho além de ressignificações de suas tradições.

A participação de mulheres no movimento indígena, sua articulação com outras instâncias da sociedade e no movimento indigenista toma contornos específicos na realidade nordestina, particularmente no médio e submédio São Francisco.

A partir desse recorte espacial, fora observada a presença de 14 caciques mulheres em 17 terras indígenas (TI) distribuídas em 05 municípios[2]. Os dados revelam uma expressiva densidade de caciques mulheres: em 13 das 17 TI, encontra-se pelo menos uma cacique mulher[3], perfazendo 87% das TI.

Cumpre esclarecer que, do total de terras indígenas no médio e submédio São Francisco, Bahia, foram consideradas apenas 15 na obtenção do percentual de caciques mulheres por TI, pois nessas foi possível realizar o levantamento.

Nessas TI, a cacique com maior tempo de liderança é a Sra. Maria Kiriri, cacique desde 1989, um ano após a promulgação da nova Constituição brasileira, em um momento histórico onde as mulheres indígenas do norte do país estavam amadurecendo sua atuação no movimento indígena.

Ressalta-se, mais uma vez, a especificidade histórica e geográfica do Nordeste como área de colonização antiga, onde a intensidade de trocas favoreceram a emergência do cadinho de culturas ao qual Sampaio (1905) já fazia referência no início do século XX, incidindo inclusive, em novas formas e modelos de organizações sociais e construções de territorialidades.

A divisão sexual do trabalho em sociedades tradicionais possui contornos bem definidos, cabendo aos homens os cargos de liderança e de interlocução com as instâncias governamentais e movimento indigenista. No entanto, existem especificidades que podem indicar um caminho para compreensão da quantidade e importância das caciques mulheres (além de outras posições de liderança ocupadas por mulheres indígenas) na área estudada.

Dentre elas, vale sinalizar que no Nordeste as relações dos povos indígenas com a sociedade não indígena está situada historicamente no processo de formação e consolidação

[2] O levantamento foi realizado utilizando dados do IBGE (2012), da FUNAI (http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas) e de pesquisa em campo (2013 – 2016).
[3] Em uma TI podem coexistir dois ou mais caciques, não sendo uma regra fixa nas TI pesquisadas.

do território brasileiro, com forte carga de imposição cultural sobre os primeiros, portanto, as trocas e amálgama com a cultura e sociedade envolvente, favoreceram outras construções e representações de gênero, com reestruturações dos papéis para homens e mulheres.

Tais reestruturações não estão necessariamente relacionadas à instauração de conflitos ou rupturas étnicas nesses grupos sociais. Tampouco, a pleitos diretamente relacionados a questões de gênero.

O empoderamento de lideranças femininas, incluindo caciques mulheres, parte de demandas originadas no interior do próprio grupo social, onde se reconhece naquela mulher as condições e atributos necessários para que represente a comunidade externamente.

Não se tratam de mulheres conquistando espaços historicamente ocupados pelos homens – ainda que tais discussões possam ocorrer no interior do movimento indígena; e sim o reconhecimento do grupo social e o respaldo espiritual sobre aquela mulher que, empoderada na condição de cacique, passa a ser reconhecida como "mãe de todos" e também como "guerreira", termo recorrentemente utilizado pelos indígenas ao se referirem às mulheres que estão em cargos de liderança nas aldeias.

Se, de um lado, a intensificação da presença dos capitais especulativos no Vale acentuou a precarização das condições de sobrevivência dos grupos sociais menos favorecidos, por outro lado, adensou os movimentos sociais de base, com uma significativa rede colaborativa em prol do efetivo desenvolvimento das populações tradicionais, envolvendo as Pastorais da Igreja Católica, Organizações Não Governamentais (ONG), pesquisadores e assessorias técnicas.

Cabe ressaltar, que os intercâmbios realizados possibilitam o contato com lideranças diversas, homens e mulheres, e que o trabalho desenvolvido por voluntários do movimento indigenista e pelas Pastorais junto às populações tradicionais, tem como princípio a formação de lideranças – homens e mulheres – para que a comunidade possa se empoderar e buscar, com a maior autonomia possível, seus direitos, além de construir as bases do desenvolvimento considerando os seus valores materiais e espirituais.

Corroborando o exposto, Sacchi e Gramkow (2012) analisam o empoderamento de mulheres indígenas brasileiras indicando a atual dinâmica sociopolítica e econômica do país como responsáveis por tal transformação. Para as autoras (2012) a assunção de mulheres indígenas por suas famílias e comunidades está relacionada inclusive a questão territorial: territórios restritos e com pouca estrutura e ausência de alternativas econômicas. Essa análise se aproxima muito da realidade socioterritorial vivenciada pelas indígenas do Vale Sanfranciscano.

Uma outra especificidade a ser registrada é a emergência de novos grupos étnicos ou a formação de grupos a partir da Aldeia Mãe. Exemplificando, existem os Pankarú da Serra do Ramalho, BA oriundos da TI Pankararú, PE; os Pankararé Rodelas, que se deslocaram a partir da Aldeia Mãe no município de Glória, BA; e os Truká Tupan de Paulo Afonso, originários de Cabrobó, PE.

Tais grupos, mesmo apresentando um etnônimo próprio e lutando por um território, se consideram pertencentes ao grupo étnico de origem, apesar de gozarem de autonomia política e acabarem por apresentar novos traços culturais em suas práticas ritualísticas e territoriais. Tal emergência favoreceu o aumento do número de territórios indígenas[4], os quais demandam o surgimento de novas lideranças nas comunidades localizadas no Vale.

Oliveira (1998) apontou a presença de 10 etnias na década de 1950 e, em 1994, 23 etnias no Nordeste. Dados de 2012 (IBGE, 2012) apontam 10 etnias[5] somente no médio e submédio trechos do Vale Sanfranciscano no Estado da Bahia, e esse número aumenta para 19 etnias, ao considerar, nesses trechos, Pernambuco e Alagoas[6].

Essa nova configuração socioespacial demanda a presença de lideranças a frente de cada comunidade, não sendo possível se fixar em modelos tradicionais (somente lideranças masculinas) quando para além das questões de gênero tais grupos estão mais ocupados em lutar por demandas de sobrevivência imediata e reprodução de seu modo de vida, tais como acesso à terra, saúde, educação, geração de renda e o direito de serem cidadãos diferenciados perante o Estado brasileiro (MATOS, 2012).

Os indicadores de uma possível abertura para novos modelos de divisão sexual do trabalho, com uma maior permeabilidade para a atuação de mulheres indígenas em atividades fora da esfera doméstica, incluindo aí atividades relacionadas a representação de seus povos em esferas públicas da sociedade não indígena, podem ser assim resumidos:

- Nordeste como área de colonização antiga. Maior fricção interétnica e processos de imposição cultural como mecanismo de aculturação e assimilação dos povos tradicionais;
- Reordenamentos territoriais no Vale Sanfranciscano, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com impactos profundos nos territórios tradicionais, incluindo perdas territoriais em razão da construção de barragens; e
- Etnogêneses ou formação de novos grupos étnicos a partir de um desmembramento do grupo étnico original.

Tais indicadores – fracionados com o propósito de fornecer maior clareza ao leitor sobre o empoderamento feminino indígena e o processo socioterritorial em curso – estão

[4] A maior quantidade de territórios não tem relação direta com a regularização fundiária dos mesmos. Várias Terras Indígenas (TI) continuam aguardando homologação, que é realizada pela presidência da república. Segundo relatório do Conselho Missionário Indigenista (2015, p. 45), a então gestão presidencial em exercício, foi a que menos procedeu a regularização fundiária desde o fim da ditadura militar, com um média anual de 2,7 homologações, contra a média de 10 homologações de seu antecessor. A maior média anual é verificada no período de 1991 a 1992, com 56 homologações/ano.

[5] Esse somatório refere-se apenas aos grupos étnicos e não a quantidade de Terras Indígenas (TI). Uma TI pode agrupar ou não mais de uma etnia, não existindo um padrão pré-fixado na organização desses grupos étnicos.

[6] Atikum, PE, BA; Catokin, AL; Geripankó, AL; Kalankó, AL; Kambiwá, PE, BA; Kantaruré, BA; Karuazú, AL; Kiriri, BA; Pankaiuká, PE; Pankará, PE; Pankararé, BA; Pankararú, PE; Pankarú, BA; Pipipã, PE; Truká, PE, BA; Truká Tupan, BA; Tumbalalá, BA; Tuxá, BA; Xucuru-Kariri, AL. (IBGE, 2007)

imbricados e, sua compreensão passa pelo entendimento de não ser possível propor uma regra ou uma tipologia que explique suficientemente quando e quais as razões pelas quais ocorreram uma ruptura entre um modelo tradicional da divisão sexual do trabalho, com cargos de liderança e representatividade do grupo social de responsabilidade exclusiva de pessoas do sexo masculino; e os novos modelos emergentes, com uma maior representatividade de mulheres liderando seu povo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi discutido nas diversas seções desse texto, buscou-se refletir sobre as questões de gênero e empoderamento feminino em uma perspectiva contemporânea, na qual a temática ganha expressividade em documentos de cunho internacional, entre eles, a Agenda 2030, em vigor desde 2015.

Nesse contexto, buscou-se evidenciar o discurso, presente na referida Agenda e documentos correlatos, da indissociabilidade existente entre o efetivo desenvolvimento sustentável e a superação das questões históricas que impedem o pleno desenvolvimento de mulheres e meninas.

Em seguida, a geo-história dos povos indígenas no Vale Sanfranciscano foi retratada, criando o embasamento para compreensão do empoderamento feminino no médio e submédio São Francisco, BA, onde foi realizada a pesquisa.

Por fim, foi possível trazer à discussão a trajetória de empoderamento de mulheres pertencentes a vários povos indígenas na área de estudo, onde se destaca o papel da cacique, cuja representatividade – são quatorze – denota que para os povos pesquisados não é possível prosseguir com suas pautas reivindicatórias junto ao Estado, sem a efetiva participação da mulher.

De fato, as lutas engendradas por esses povos e suas conquistas são imbricadas pela participação feminina, e a memória e conhecimento gerado a partir daí revela-se como parte inalienável do patrimônio cultural imaterial desses povos.

Tal reposicionamento, cuja leitura na sociedade não indígena se daria em torno de uma maior representatividade política da mulher no contexto societário, demonstra caminhos para a construção da equidade de gênero. E esta insere-se como prioritária nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sem a qual dificilmente se atingirá as metas previstas para 2030.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. Morte e vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 57-94.

_____. RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. (Ed.). Etnogêneses Indígenas. Povos indígenas do Brasil: 2001 – 2005. São Paulo: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2006. p. 50 – 54.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>. Acesso em: 1 nov. 2016.

BRASIL. Governo Federal. *O Brasil e os objetivos de desenvolvimento do milênio*. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>. Acesso em: Acesso em: 07 de out. 2017.

BRASIL, Governo Federal; ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODSportugues12fev2016.pdf>. Acesso em 14 jun. 2017.

COSTA, Gisele das Chagas. *Construção de territorialidades indígenas e suas inter-relações com o empoderamento feminino no Médio e Submédio São Francisco - Ba.* Tese de Doutorado. Salvador: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador. Salvador: UNIFACS, 2017. 139 f.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 2. e. São Paulo: Atlas, 2011.

GOHN, Maria da Glória. 2004. *Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.* Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113>. Acesso em: 12 jun. 2014.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis: UFSC. . Anais... 2007. p. 485 – 506.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo.* Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LUCIANO BANIWA, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.* Brasília: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE; LACED/MUSEU NACIONAL, 2006.

MARTIN, Gabriela. *O povoamento pré-histórico do Vale do São Francisco (Brasil).* 1998. Disponível em: <https://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/1998-N13/1998a1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2014.

MATOS, Maria Helena Ortolan. Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade. In: SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. *Gênero e povos indígenas*. Rio de Janeiro, Brasília: MUSEU DO ÍNDIO/ GIZ/ FUNAI, 2012. p. 140 – 171.

MELLO, Gabriela Saraiva de; GERLIC, Sebastián. (Org.). 2015. *Memórias do Movimento Indígena do Nordeste.* Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/LIVRO-MOVIMENTOS-CARTOGRAFICOS-FINAL_web.pdf>. Acesso em: 25 nov. 016.

NASCIMENTO, Marco Tromboni de. O povo indígena Kiriri. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.* Brasília: MEC, MARI, UNESCO, 1995. p. 67 – 72.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. 1998.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. 2010. *Objetivos de desenvolvimento do milênio.* Disponível em: <http://www.un.org/en/mdg/summit2010/>. Acesso em: 05 de out. 2017.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. *Objetivos de desenvolvimento do milênio*. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/tema/odm/>. Acesso em: 05 de out. 2017.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. *ONU Mulheres. Mulheres Indígenas: Voz das Mulheres Indígenas.* Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>. Acesso em 13 maio 2016.

_____. *Planeta 50-50 em 2030*. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050/>. Acesso em 10 out. 2017.

PORTAL Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. *Relatórios dinâmicos: Bahia: objetivo 3: promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres*. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/3-igualdade-entre-sexos-e-valorizacao-da-mulher/BRA002029/bahia>. Acesso em: 23 maio 2017.

RAMOS, Elisa Urbano. Memórias que educam. In: MELLO, Gabriela Saraiva de; GERLIC, Sebastián. (Org.). *Memórias do Movimento Indígena do Nordeste*. 2015. p. 19 – 21. Disponível em: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/LIVRO-MOVIMENTOS-CARTOGRAFICOS-FINAL_web.pdf>. Acesso em 25 nov. 2016.

SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. Introdução. In: _____. *Gênero e povos indígenas*. Rio de Janeiro; Brasília: Museu do Índio/ GIZ/ FUNAI, 2012. p. 15 – 27.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: GARAMOND, 2002.

SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina.* Salvador: Escolas Profissionais Salesianas, 1905. Salvador: INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, 1998. (fac simile da primeira edição).

SANTOS, Juracy Marques dos. *Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: um estudo de caso do Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil.* Tese de Doutorado. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, 2008. 367 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10835/1/tese_Juracy%20Marques1.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

SOUZA, Regina Celeste de Almeida; RAMOS, Alba Regina Neves. Rio São Francisco: cultura, identidade e desenvolvimento. *Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE*, ano XII, p. 05 – 13, dez. 2010.

TOMÁZ, Alzení de Freitas et al. (Org.). 2008. *Povos indígenas do Nordeste impactados com a transposição do Rio São Francisco: relatório de denúncia.* Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/publicacoes/1241549933_relatapoinmetransp.pdf>. Acesso em: 31 out.2016.